

A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS

Carta à Equipe de Transição do Governo Lula-Alckmin

Nós, organizações da **sociedade civil, abaixo-assinadas**, reunidas em Brasília, nos dias 10 e 11 de novembro de 2022, a fim de avaliar os desafios da incidência no Parlamento para os próximos quatro anos, apresentamos respeitosamente à Equipe de Transição do Governo Lula-Alckmin algumas considerações, preocupações e demandas urgentes, relativas ao período que antecede a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e os primeiros dias de exercício do seu mandato.

Somos organizações do campo popular democrático da esquerda, que atuamos em diversas agendas de defesa de direitos, tais como: socioambientais, territoriais, segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, afirmação da diversidade religiosa e cultural, mulheres, população LGBTQIA+, juventudes, povo negro, mulheres negras, quilombolas, ribeirinhos, povos indígenas, sem terra, sem teto, pessoas com deficiência, população em situação de rua, comunidades pesqueiras, população do campo e da cidade.

Participamos ativamente da resistência ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, lutamos pela liberação do presidente Lula, mobilizamo-nos pela cassação do mandato de Bolsonaro e Mourão, e levamos à recente campanha eleitoral a energia de nossa diversidade, a coragem e a garra de nossa vida sofrida e cotidianamente violentada.

Nos últimos quatro anos, sobrevivemos para resistir e resistimos para existir. Denunciamos diariamente os crimes cometidos por Jair Bolsonaro e seus aliados. Também nos organizamos nos territórios, junto aos movimentos sociais, para acolher o povo abandonado pelo governo durante a pandemia da Covid-19. Foram tempos de terror e perversidade, pois sabemos – e a CPI da Covid comprovou – que os mais afetados pela gestão criminosa da pandemia foram as mulheres, os profissionais da saúde, as trabalhadoras domésticas, a população negra, os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a população idosa, as pessoas em situação de rua, os trabalhadores e as trabalhadoras dos transportes coletivos e da limpeza. Criamos barreiras nos territórios tradicionais para evitar a chegada do vírus e atuamos em redes de solidariedade para garantir o acesso a máscaras, materiais de higiene, remédios e comida para a população vulnerabilizada. Trabalhamos na linha de frente pelo Auxílio

Emergencial, realizamos atos inter-religiosos em memória das vítimas da Covid-19 e acolhemos a dor das famílias enlutadas.

Na campanha eleitoral de 2022, o povo negro, as juventudes, as mulheres – sobretudo as mulheres negras – e a população LGBTQIA+, das amplas periferias deste País, tiveram papel fundamental, seja porque se negaram a votar em Jair Bolsonaro, como demonstraram todas as pesquisas, seja porque conseguiram animar a consciência social com a esperança de um Brasil melhor. Enfrentamos a violência política com nossos corpos e a solidariedade de nossos movimentos. Verificamos, na luta, que é necessária e urgente a reforma do sistema político, visto que as alterações na legislação eleitoral têm sido realizadas para fortalecer ainda mais o poder oligárquico.

Fizemos a campanha e votamos na Frente Ampla (amplíssima) coordenada por Lula, pois sabíamos que seria a melhor opção para o Brasil. Sem menosprezar a conquista de algumas cadeiras a mais no Congresso e nas Assembleias, a representatividade de mulheres, pessoas negras, indígenas e nordestinas está muito aquém do que seria possível ser construído, mesmo na Equipe de Transição.

Na plenária que acabamos de realizar, construímos o consenso de que é preciso que o novo governo compreenda ser a defesa da democracia um projeto, não um dado objetivo alcançado após a eleição. Serão anos difíceis, e nós seremos a base de apoio desse projeto. Assim, consideramos que – em um governo de concertação – é fundamental demarcar o campo de negociações. Afinal, sempre que houve acordos com setores oligárquicos, financeiros e empresariais, com a direita e com setores fundamentalistas das igrejas, os interesses dos mais pobres, da população negra, das mulheres, da população LGBTQIA+, dos povos indígenas, das pessoas com deficiências e das classes trabalhadoras foram os primeiros a serem rifados e excluídos.

Lembramos que a retirada de direitos e a política de morte são a marca dos últimos anos. Agora basta! Queremos o compromisso do novo governo com os direitos humanos e com a restituição de nossos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A Equipe de Transição, em nome do Presidente da República eleito, precisa dizer que irá cumprir e respeitar as leis brasileiras e os acordos internacionais que garantem direitos aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, à população negra, às mulheres, às pessoas com deficiências, aos povos das florestas, às

comunidades quilombolas e às de Terreiros, às pessoas LGBTQIA+, às trabalhadoras e aos trabalhadores.

O caminho para a constituição do Estado laico e de respeito a todas as espiritualidades deve ser ampliado e percorrido sem privilégios nem exclusões. É preciso ter em mente que a baliza do Estado Democrático de Direito é a Constituição da República, não os textos das tradições religiosas.

Não há como construir o retorno à trajetória de enraizamento da democracia sem restituir as políticas públicas que garantam a participação social nos processos decisórios, incluindo os relacionados às finanças públicas. Por isso, impõe-se não só dar fim ao Teto de Gastos e rever as demais regras fiscais, como ainda revogar imediatamente todos os decretos e atos normativos infralegais que desvirtuam e limitam os direitos e a execução de políticas públicas democráticas.

Ademais, urge responsabilizar todos aqueles que cometeram crimes contra a vida e a democracia nos anos recentes de necropolítica, particularmente os agentes públicos. Rejeitamos a ideia de anistia, não por vingança, mas por justiça. A experiência ainda candente de flerte com o fascismo nos indica que a retomada da construção da democracia no Brasil deve sepultar a velha tradição política de premiar os algozes, como aconteceu com os senhores de engenho quando da falsa abolição da escravidão e com os torturadores no fim da ditadura militar. Por isso, é fundamental que o novo governo se contraponha à tese da anistia para a gestão federal moribunda, zelando para que o sistema de justiça imprima celeridade ao julgamento dos responsáveis pelo genocídio durante a pandemia, respeitando-se os limites do estado democrático de direito.

De modo idêntico, rechaçamos o uso do direito como arma de guerra, que persegue as pessoas impondo-lhes punição seletiva por conta da raça, do gênero, da situação de pobreza ou da filiação partidária. Impõe-se que o novo governo assuma, também, o compromisso de combater o encarceramento em massa e de adotar uma política de drogas mais consequente, pondo fim ao genocídio e à brutal criminalização que devasta as vidas das juventudes e das mulheres negras, periféricas e empobrecidas em todo o País.

Não aceitaremos nenhum passo atrás do que estava estabelecido em 2016. Precisamos desarmar a população e retomar o enfrentamento à violência contra as mulheres, protegendo especialmente as mulheres negras e a população LGBTQIA+, vítimas preferenciais dos crimes de feminicídio. Precisamos resgatar os direitos trabalhistas e

previdenciários, bem como os meios de existência das entidades sindicais e populares. A juventude merece ter esperança no futuro, sem trabalho precarizado, sem a exaustão de empregos informais e com a garantia de previdência social digna e de educação de qualidade. Mulheres e homens precisam receber a mesma remuneração por igual trabalho. A saúde de todas, todos e todos deve ser garantida, por meio de medidas que incluam jornadas de trabalho decentes, investimentos no Sistema Único de Saúde e respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

A democracia que queremos é inclusiva, generosa, caracterizada pela justiça social e está alerta. Os compromissos que buscamos junto ao novo governo são a base para a construção dela e um aceno verdadeiro da chegada da primavera.

Brasília, 29 de novembro de 2022.

- 1) Ação Educativa
- 2) Articulação de Jovens Negras Feministas (ANJF)
- 3) Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)
- 4) Articulação de Negras Jovens Feministas
- 5) Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA)
- 6) Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH)
- 7) Artigo 19 – Brasil e América do Sul
- 8) Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)
- 9) Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT)
- 10) Associação Brasileira de ONGs (ABONG)
- 11) Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)
- 12) Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- 13) Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgênero do Distrito Federal e Entorno (ANAVTrans)
- 14) Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)
- 15) Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (ASSECOR)
- 16) Campanha do Levante Feminista Contra o Femicídio
- 17) Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- 18) Campanha Nem Presa Nem Morta (NPNM)
- 19) Católicas pelo Direito de Decidir
- 20) Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN)
- 21) Centro de Documentação, Comunicação e Memória Afro Brasileira (IROHIN)

- 22) Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)
- 23) Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC) – PE
- 24) Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)
- 25) CLADEM Brasil (integrante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres)
- 26) Coalizão Direitos Valem Mais
- 27) Coalização em Defesa da Democracia
- 28) Coalizão Negra por Direitos
- 29) Coletiva Mahin Organização de Mulheres Negras para os Direitos Humanos
- 30) Coletivo Transforma MP
- 31) Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP)
- 32) Comissão de Justiça e Paz de Brasília
- 33) Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa
- 34) Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- 35) Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC)
- 36) Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP)
- 37) Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)
- 38) Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)
- 39) ELO Ligação e Organização
- 40) FIAN Brasil (integrante da Rede de Informação e Ação pelo Direito de Alimentar-se)
- 41) Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
- 42) Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS)
- 43) Fórum Ecumênico Brasil
- 44) Frente de Mulheres do Distrito Federal e Entorno
- 45) Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal
- 46) Frente Nacional pela Legalização do Aborto
- 47) Fundação Luterana de Diaconia – Conselho de Missão entre Povos Indígenas – Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (FLD-COMIN-CAPA)
- 48) Geledés Instituto da Mulher Negra
- 49) Grupo Curumim Gestação e Parto
- 50) Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza do Maranhão
- 51) Instituto Alziras
- 52) Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)
- 53) Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
- 54) Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)
- 55) Instituto Pólis
- 56) Instituto Socioambiental (ISA)
- 57) Instituto Universidade Popular (UNIPOP)
- 58) Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social
- 59) Koinonia Presença Ecumênica e Serviço
- 60) Marcha Mundial por Justiça Climática/Marcha Mundial do Clima

- 61) Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA)
- 62) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- 63) Movimento Negro Unificado (MNU)
- 64) N'ZINGA Coletivo de Mulheres Negras
- 65) Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)
- 66) Organização de Cultura e Comunicação Alternativa (OCCA)
- 67) Outras Palavras
- 68) Oxfam Brasil (integrante do Comitê de Oxford para o Alívio da Fome)
- 69) Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
- 70) Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Plataforma MROSC)
- 71) Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e Parceiros Brasileiros (PAD)
- 72) Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)
- 73) Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
- 74) Rede de Mulheres Negras Evangélicas
- 75) Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- 76) Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
- 77) Rede Nacional de Negras e Negros Lésbicas, Gays, Bissexuais Travestis e Transexuais (Rede Afro LGBT)
- 78) Rede Nacional de Religiões AfroBrasileiras e Saúde (RENAFRO)
- 79) Teia Nacional Legislativa em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana
- 80) Terra de Direitos
- 81) União Brasileira de Mulheres (UBM)